

Revolução

LISNAVE 7.000 OPERÁRIOS AVANÇARAM SOBRE LISBOA



Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Camaradas:

Sou leitor assíduo do vosso jornal desde os primeiros números e não posso deixar de manifestar por este meio o meu mais sincero apoio à linha política seguida pelo PRP-BR e pelo semanário «Revolução» seu porta-voz. Se não me manifestei mais cedo foi unicamente porque tive receio que a minha opinião pecasse por prematura. Neste momento e porque julgo conhecer suficientemente o partido, considero-o, o único capaz de desenvolver a ideologia marxista-leninista e de fazer como sua principal função a de guiar o povo português para a sua libertação, do jugo capitalista burguês. Das qualidades que distinguem um verdadeiro partido revolucionário que reconheço em vós, está a necessidade de não se sobpor ao proletariado falando por ele, mas sim guiá-lo através de uma vanguarda que oca os problemas dos trabalhadores e esteja ao serviço dos mesmos. Vanguarda essa que nunca deve prescindir dos direitos dos trabalhadores, desmitificando, o aparelho repressivo burguês as renegadas «teorias» revisionistas e todas as ideias pseudo-marxistas dos reformistas e seus lacaios.

No entanto um verdadeiro partido do povo também deve ter sempre presente, que é uma das suas preocupações fundamentais, a de demonstrar uma total capacidade de auto-crítica a todos os níveis, reformulando a cada momento o seu comportamento ulterior e acumulando uma experiência extremamente útil quando posta ao serviço do proletariado nas etapas que antecederão à Revolução Socialista.

Por tudo isto e porque considero o PRP-BR, um verdadeiro partido revolucionário, venho pôr-me à vossa total disposição, manifestando um enorme desejo de demonstrar que unicamente pelas suas acções se reconhece um comunista.

Não posso acabar sem acusar aqueles que usando uma fraseologia revolucionária não passam de radicais pequeno-burgueses que

têm como divisa um sectarismo flagrante e que estão a ser usados pela burguesia para lançar a calúnia e o descrédito sobre as forças progressistas e revolucionárias do nosso país.

Camaradas,
Chegou-me às mãos aqui tão longe, em pleno coração da guerra angolana o vosso jornal.

Já tinha conhecimentos da existência do partido, mas o jornal era-me desconhecido. Gostei.

É claro que sou um resistente silencioso desde há muito e estou nesta podre guerra, há cerca de 13 meses, e sempre em plena mata. Além do jornal interessam-me as vossas ideias que são, segundo deduzo, a grande e pura revolução do homem pelo trabalho e pelas armas, para o estrangulamento do capital, e suas consequências político-económico-sociais.

Camaradas:

Tenho lido o vosso jornal do princípio ao fim e acho-o um ótimo jornal. A leitura dos jornais diários apenas me dá nojo e desânimo. Não devo haver nada mais triste para mim do que ver o servilismo e a tacanhia da pequena burguesia portuguesa. Se antes do 25 de Abril estava convencido que nada a não ser uma revolução popular poderia erguer este pobre Portugal moribundo, mais do que nunca, agora que vejo a pequena burguesia no poder ridiculamente ludibriada pelas maquinacões fascistas e pela engrenagem capitalista toda-poderosa, me convenceo que para nós, ou há revolução armada popular, ou não há nada.

Sou estudante e trabalhador aos tropeções. Tenho 24 anos, viajei muito, e o fatalismo que a visão da sociedade ocidental corrupta me provocou não me impede, para já, de desejar ardentemente participar na medida das minhas possibilidades, na luta organizada e radicalmente revolucionária que destrua ao zero o capitalismo e coloque os operários, os camponeses e os pescadores no poder.

DEBATES PÚBLICOS

Pensa o P.R.P./B.R. que é no debate e no confronto das ideias, que os revolucionários e os trabalhadores em geral se podem esclarecer. A nova situação em Portugal, que alterou completamente a realidade política, e muito particularmente o tipo de intervenção política, traz por vezes uma certa desadaptação da generalidade da população. Isto no que diz respeito às organizações políticas — partidos e movimentos — que surgiram à luz do dia ou que nasceram após o 25 de Abril.

Sendo muito conscientes da sua luta, da forma de a organizar e a conduzir e sendo muito conscientes dos objectivos finais, os trabalhadores mostram-se, no entanto, muitas vezes, reticentes a respeito de partidos. É frequente ouvirmos dizer: São todos "socialistas" então qual é a diferença? São todos "comunistas" então qual é a diferença? São todos marxistas-leninistas então qual é a diferença? Evidentemente que será na prática de todos os dias que essas diferenças se verão, mas a sua expressão teórica não resulta imediatamente.

Por isso o debate focando e discutindo soluções sobre problemas concretos esclarecendo detalhadamente os objectivos finais e a tática, é o melhor método de confrontar partidos. Estes só terão a ganhar com esse confronto.

Nesta ordem de ideias o P. R. P./B. R. participou em dois debates públicos, em S. Bartolomeu de Messines, no dia 13 e na Rebelde no dia 19 e promoveu dois outros em Setúbal, no dia 19 no Circulo Cultural e em Lisboa no Atlético Clube de Alvalade no dia 16.

S. BARTOLOMEU DE MESSINES

Um grupo de jovens de S. Bartolomeu de Messines constituiu-se em núcleo de actividade política e cultural organizados, após o 25 de Abril.

Tomaram as instalações da Junta de Freguesia e aí têm feito reuniões, sessões, debates. Nesta actividade enquadrou-se a elaboração de uma peça de teatro, escrita por eles, a propósito dos acontecimentos do 25 de Abril. Montada e representada por eles foi levada a cena em S. Bartolomeu de Messines durante vários dias e irá agora a outros pontos do Algarve. Nestas suas actividades enquadrou-se também uma sessão de esclarecimento com o P. R. P./B. R. no mês de Agosto.

É este núcleo de jovens que promoveu um debate público com vários partidos, para esclarecimento da população.

É assim que comparecem no dia 13 no cinema daquela vila algarvia 1500 pessoas para ouvir e discutir

com os seguintes partidos ou movimentos:

C. B. S. (Comissões de Base Socialistas), J. S. (Juventude Socialista); L. U. A. R. (Liga de Unidade e Acção Revolucionária), M. E. S. (Movimento de Esquerda Socialista); P. R. P./B. R. (Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias), e P. S. (Partido Socialista).

Logo no início da sessão o moderador, que presidia, explicou que o Partido Comunista, convidado havia cerca de um mês, tinha dito inicialmente que sim, para mais tarde, quando várias vezes convidado, não dar uma resposta. Após as intervenções iniciais, os partidos e o público entraram num largo debate, que se prolongou até à 1h 30m da madrugada. Neste debate houve grande participação do público, entre os quais trabalhadores da região, que mostraram um elevado grau de politização.

Focaram-se problemas referentes à revolução socialista, à tomada do poder, à organização dos trabalhadores, à agricultura, à pequena burguesia, aos despedimentos, à estratégia internacional e ao poder de Estado.

DEBATE SOBRE O CHILE NO ATLÉTICO CLUBE DE ALVALADE

Pensou o P. R. P./B. R. que a atitude mais justa em relação ao Chile seria de fazer um debate franco e aberto sobre a análise histórica do caso chileno, confrontando-o com Portugal. Promoveu portanto um debate no qual participou o representante do M. I. R. chileno (Movimento de Esquerda Revolucionária) na Europa. Participaram ainda as C. B. S. (Comissão de Base Socialistas), e as organizações estrangeiras Lotta Continua, Avanguardia Operaria (Italianas) e Organização Comunista Revolution (Francesa), assim como um militante espanhol. O representante do M. I. R. fez uma longa exposição, após o que tomaram a palavra durante dez minutos cada, as outras organizações, seguiu-se um debate até cerca das duas horas da manhã.

De acordo com a gravação feita, as edições Revolução farão uma brochura.



VITÓRIA EM 4 FRENTES

A sabotagem do reformismo traidor e a actuação oportunista dos trabalhadores-administradores-sindicalistas foram novamente desmascaradas e vencidas em mais uma etapa de correcta luta dos proletários da TAP — LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA, LUTA CONTRA A REPRESSÃO MILITAR E LUTA PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

PROPOSTA APROVADA NO PLENÁRIO DOS TRABALHADORES DA TAP

EFFECTUADO EM 17 DE SETEMBRO DE 1974

Considerando:

- 1 — Que se entrou na 4.ª semana de ocupação militar da TAP e que a repressão tende a aumentar com o avanço da luta.
- 2 — Que a Administração se apresenta numa clara posição de má-vontade face à satisfação das justas reivindicações contidas no Caderno Reivindicativo.
- 3 — Que a Comissão de Estudo tem assumido posições claramente policiais.
- 4 — Que a última resposta da Administração, de 17/9/74, é claramente de má-fé e até provocatória da nossa justa luta.

Os trabalhadores da TAP, reunidos em Plenário, na Voz do Operário, em 17/9/74, aprovam:

- 1 — Exigir a retirada imediata das tropas de ocupação anulando a Portaria que mobilizou a TAP;
- 2 — Exigir o fim das actividades da Comissão de Estudo, bem como um claro esclarecimento do conteúdo dessas actividades.
- 3 — Exigir da Administração uma resposta oral e directa a respeito do Caderno reivindicativo.
- 4 — Declarar-se em paralização total a partir das 00.00 horas de 3.ª feira, 24/9/74, caso os pontos atrás apresentados não sejam satisfeitos.
- 5 — Convocam um novo Plenário para as 20.30 horas de 23/9/74.

DIRECTOR INTERINO: ISABEL DO CARMO

Apartado 4117 • Telefone 71 0982 • Lisboa 4

Composição e Impressão:

Mirandela & C.ª • Rua Vitor Gordon, 27, 1.ª • Lisboa

Distribuidora:

Internacional — Rua de S. Pedro de Alcântara, 63, 1.ª — Lisboa 2

SEMANAL

JORNAL DO COMÉRCIO

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ A OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

É na luta que se avança na organização, é na luta que se rejeitam formas incorrectas e ultrapassadas e se forjam as novas formas de organização, as necessárias para chegar à vitória — à vitória imediata e à vitória final.

A classe operária, todos os trabalhadores, têm que tirar do passado as lições que lhe permitam construir o futuro.

Nós que pugnamos já há vários anos por um novo tipo de organização, capaz de conduzir o proletariado à vitória sobre a burguesia dissemos numa publicação, quatro anos atrás: «Nas condições da sociedade capitalista, a classe operária, dividida, oprimida e explorada, não pode, por si só, elevar-se à consciência de si mesma e do seu papel revolucionário. A organização política da classe operária continua a ser uma necessidade histórica. Mas importa definir o papel da organização e a sua relação com a classe. Importa definir quem é o sujeito da revolução. O papel da organização não é o de substituir a classe operária; não é o de assumir a consciência de classe acima dela e fora dela, não é o de a conduzir paternalmente, menos ainda o de a utilizar como simples força de manobra. O papel da organização, que é um instrumento e não um fim em si mesma, é o de contribuir pelo exemplo e pela generalização das experiências concretas da luta de classes, para que a classe operária se eleve à consciência de si mesma e do seu papel histórico, tornando-se de facto no sujeito da revolução.»

É UMA LUTA DOS TRABALHADORES REVOLUCIONÁRIOS EM GERAL CONTRA OS REACCIÓNARIOS EM GERAL.

Dizem-no os trabalhadores do J. C.:

«Como se disse acima, a luta dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» é uma luta dos trabalhadores revolucionários em geral contra os reacçãoários em geral. Ela faz-se no campo específico da Informação, mas é parte integrante da luta entre duas forças antagónicas: Exploradores e explorados. A derrota dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» seria também a derrota dos que com eles se solidarizaram. A vitória dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» seria, também, a vitória dos que com eles se solidarizam.

No campo específico da Informação, e no caso concreto de Portugal, os trabalhadores sabem que ao desencadear uma luta pelo saneamento das direcções dos jornais, pela participação no conteúdo dos jornais, pela participação na escolha dos seus dirigentes, estão a desencadear uma luta a favor da liberdade de expressão, a favor do seu direito inalienável de obterem e transmitirem informação. Mas sabem também que ao avançarem para esta luta avançam para uma luta que no fundo se dirige ao poder económico. PORQUE É O PODER ECONÓMICO QUE EM PORTUGAL COMO NOUTROS PAÍSES DETÉM OS MEIOS DE INFORMAÇÃO E SE OS DETÉM PORQUE OS QUEREM PÔR AO SEU SERVIÇO.

O caso particular do «Jornal do

Comércio» é um exemplo bem vivo desta verdade. Basta ler qualquer dos seus números ao acaso: antes do 25 de Abril, era a apologia da situação politicamente dirigida por Salazar e Caetano, com pequenas flutuações de forma, conforme os interesses do grupo Borges eram mais ou menos respeitados nas esferas governamentais. Depois do 25 de Abril, era a apologia das posições mais reacçãoárias dos II Governos Provisórios e do Movimento das Forças Armadas. E é ver a orientação do jornal no que respeita ao processo de descolonização encetado com aquela data: todas as declarações no sentido do neocolonialismo eram espectacularmente divulgadas pelo jornal. Por acaso? Claro que não: porque em Angola como em Mocimboa, o grupo Borges detém empresas e investimentos da maior importância.

Ao desencadear a nossa luta, ao nela sermos compreendidos pelos outros trabalhadores progressistas e autónomos, nós e os nossos companheiros de jornada sabemos bem que não estamos em busca de um canhão para matar um mosquito. Bem ao contrário: sabemos que estamos exercendo na prática uma luta historicamente inevitável entre dois grupos de interesses irreconciliáveis: exploradores e explorados. Neste caso a luta já teve diversas fases, das quais a mais espectacular terá sido a greve de solidariedade dos outros jornais. Não vencemos ainda aí, e cremos que não vencemos apenas porque se decretou uma greve de 24 horas, e ainda por cima anunciando-o à partida. Claro que, sabendo o Governo que a greve era apenas por esse tempo, não se viu obrigado a tomar decisões. Se se tivesse decretado greve ilimitada, até ao saneamento de Carlos Machado, já as águas mornas não teriam passado por S. Bento.

MAS CONTINUAREMOS TRANQUILAMENTE. CONVICTAMENTE. SABEMOS QUE NÃO ESTAMOS SÓS. E MAIS DO QUE NUNCA SABEMOS QUEM É POR NÓS E QUEM É CONTRA NÓS.»

Está em curso um amplo movimento de solidariedade com os trabalhadores do Jornal do Comércio. Solidariedade activa, solidariedade revolucionária. Desde a divulgação da luta até à recolha de fundos, por diversas formas os trabalhadores dos mais diversos sectores manifestam a sua solidariedade. O Coliseu dos Recreios estava repleto de pessoas que claramente demonstraram o seu apoio.

Solidariedade que todos os revolucionários, todos os que sabendo a justiça do seu lado, iniciaram uma greve, que desde logo foi política, e ganhou uma amplitude e um significado para todos os trabalhadores portugueses que dará os seus frutos no desenvolvimento da luta anticapitalista em Portugal. A compreensão de que a organização capitalista da economia determina a presença de duas forças principais e antagónicas — capital e trabalho — e a compreensão subsequente de que as diferentes forças políticas se podem (e devem) referenciar sempre a um desses blocos (capital ou trabalho), é uma consequência

imediate para todos os que vivem e se detêm sobre esta luta.

No seu «jornal da greve» os trabalhadores do Jornal do Comércio dizem-no claramente:

«Depois da greve de solidariedade desencadeada por 24 horas pela quase totalidade dos outros jornais diários, depois da adesão feita por outras empresas do grupo Borges — traduzida em apoio moral, material e político — e manifestada por milhares de outros trabalhadores depois de demonstrada na prática a nossa consciência política e a nossa persistência depois de tudo isso a luta dos

trabalhadores do Jornal do Comércio revelou publicamente o seu verdadeiro alcance e significado: trata-se, em última análise, de uma luta entre «todos» os trabalhadores revolucionários e «todos» os reacçãoários, sejam eles propriamente capitalistas, administradores ou burocratas partidários.

E assim que se formam, adjacentes ao movimento desencadeado, duas forças mais ou menos claramente distintas: de um lado, o grupo Borges, instituições do Governo (nomeadamente o Ministério do Trabalho) e partidos políticos (nomeadamente o Partido

Comunista Português); de outro, trabalhadores do Jornal do Comércio e outros trabalhadores que autonomamente lutam pela transformação das suas vidas.

E quando no primeiro parágrafo consideramos que posições mais claramente se definiram pensamos — já que do grupo Borges nada haveria a esperar em contrário — exactamente no Governo Provisório e no P. C. P.»

A oposição do P. C. P. à greve dos trabalhadores do J. C. (é não só, já é longa a lista, tão longa e tão forte, quanto o tem sido a luta dos

Continua pág. 8

A maioria silenciosa», maioria barulhenta antes do 25, silenciosa depois do 25, (ora falas tu, agora falo eu) de diarreia depois do 25, rompeu o silêncio e largou-se, amotou a Viski - tudo gazes que estão a impestar o ambiente.

Como são gente de modestos ~~recursos~~ recursos oratórios mas de abastados recursos financeiros, andem as paredes de cartazes com bolinhas e srs. de óculos escuros. Ontem diziam «Salazar é o nosso chefe!» hoje dizem «o chefe é nosso»... Um verdadeiro espectáculo de revista estes facistas.

Cuidado sr. porque a maioria (os trabalhadores) dos explorados está a começar a irritar-se: e gás, catrapães, pafé, pafé - Puum!

Por falar nisso os camaradas da Lisnave, deram já o exemplo. Eh malta, que calma e firmeza: de um momento para o outro todos meteram a viola no saco. Da pena, e de partir o coração, sr. o ar parvo com que ficaram os reformistas. Até o crítico da televisão se calou. Passaram todos à clandestinidade dentro do movimento operário. Nas assembleias de trabalhadores até votam que sim sr., que estão de acordo.


Afinal o oportunismo não paga.

A única garantia de que o fascismo não passará, é e será sempre a organização revolucionária do proletariado.

O resto são cantigas ou vozes de burro!

E gás, catrapães, pafé, pafé, ai marzinhã...!

Aviões: los sócios de várias empresas que se dizem políticos e que vendem notulas em todas as cores com a marca da fôrma! Não é a primeira vez que vos encontramos a apagar ou a encobrir as vossas inscrições, a rasgar os cartazes que anunciam iniciativas da nossa ou de outras organizações. Uns são pagos pelos sócios gerentes das empresas, outros pelos paisinhos capitalistas. Mais uma vez vamos repetir a gracinha a propósito do debate sobre o Chile. Curioso o respeito que manifestaram pelos cartazes e inscrições fascistas... Afastar de agora adiante, porque sr. tem a ficar irritado.



LUTA DOS TRABALHADORES

LISNAVE ENTREVISTA COM UM CAMARADA OPERÁRIO

Aqui se publicam extractos dos comunicados emitidos pelo P. C., P. S. (partidos representados no Governo) e pelo Governo, por intermédio do Ministério da Administração Interna. Como se pode verificar o teor desses comunicados é sensivelmente o mesmo, sendo o do P. S. o mais moderado, pois "nem é carne nem é peixe", antes pelo contrário... No entanto todos são unânimes em prevenir a classe operária contra os perigos da reacção e dos grupos minoritários, aventureiros e irresponsáveis.

Muito melhor do que nós o poderíamos fazer, os operários da Lisnave, numa manifestação impressionante de força, desmascaram, desmentiram, afrontaram e protestaram contra afirmações, atitudes e leis emanadas daquelas instituições.

E, o camarada operário que conversou connosco confirma-o inequivocamente.

«Revolução» — *Faz um resumo do processo de luta pelos saneamentos, travada na Lisnave desde Maio, até à manifestação de quinta-feira, dia 12.*

R. — O primeiro passo para os saneamentos foi dado antes da greve de 12 de Maio, na Lisnave, numa sexta-feira às três da tarde, na proa de um navio em construção onde os camaradas que aí trabalhavam, soldadores e montadores do fundo dos tanques pararam de trabalhar. Deram uma volta ao sector de construção e nessa tarde ninguém mais trabalhou.

Com este movimento, que foi espontâneo, os operários queriam sanear a administração. Eram operários que tinham vivido a greve de 69 e pretendiam sobretudo sanear o engenheiro Perestelo, que estava implicado nos despedimentos havidos nessa altura.

Nessa tarde chegámos à conclusão de que não tínhamos força suficiente, de modo que voltámos para os locais de trabalho.

Propuseram-se, contudo, cadernos reivindicativos, organizaram-se grupos de reflexão sobre esses cadernos e das discussões havidas nos grupos nasceu o caderno reivindicativo que foi apresentado na semana seguinte.

Quando fizemos o caderno reivindicativo tínhamos já a intenção de fazer os saneamentos e nesse sentido foram propostas as pessoas a sanear. No entanto, as pessoas que constituíam a comissão para a elaboração do C. R., cerca de 42 operários, chegaram à conclusão que não tinham dados suficientes e acharam que era uma coisa séria demais para se fazer sem ser bem fundamentado, sem se organizar um processo. Pensámos portanto que os saneamentos, embora sendo um ponto fundamental do C. R., ficaríamos para segundo plano até se terem mais dados sobre isso. Ficou no entanto assente que no fim da greve, e foi assinado pelos representantes do capital e pelos trabalhadores, que os saneamentos se fariam. Haveria depois uma comissão disciplinar que procederia ao saneamento.

Entretanto, foi constituída uma comissão de delegados dos trabalhadores que nomeou uma Comissão de Saneamento, que foi encarregada de conduzir os inquéritos e fazer um caderno de acusações. Entre essas pessoas a sanear havia uns tantos PIDES que foram denunciados e presos. Além disto, demo-nos conta de que havia navios que estavam a ser recusados. Por essa razão fizemos inquéritos aos navios, pois não pareceu que essa recusa era uma

manobra do capital, fundamentada em que não haveria tempo para os reparar, dado que o horário de trabalho não era suficiente, procurando desta maneira boicotar o caderno reivindicativo.

O resultado deste inquérito foi entregue ao Ministério do Trabalho juntamente com o Caderno de Acusações, depois de ter sido levado à discussão junto dos trabalhadores.

Depois da entrega do Caderno, esperámos cerca de três meses e quando a Comissão de Saneamento lá voltou, o documento sobre o inquérito aos navios tinha desaparecido.

O Caderno de Acusação foi também entregue aos visados e deu-se-lhes um prazo de 15 dias para darem uma resposta, o que nunca aconteceu.

A partir deste momento os problemas começaram a ser tratados e resolvidos em Assembleias de trabalhadores em vez de ficarem por Comissões e, como resultado disto, começaram a aparecer novas formas de luta, para pressionar as entidades oficiais tendo em vista os saneamentos. Surge assim a proposta e aprovação da manifestação, por ser uma forma de luta que vinha de encontro aos objectivos em vista.

Esta manifestação foi votada numa reunião alargada de delegados em que participaram cerca de 2000 operários, que, embora tendo conhecimento de que ela seria ilegal, a votaram por maioria esmagadora tendo havido somente duas abstenções e nenhum voto contra.

Depois desta reunião, fizeram-se mais três Assembleias de Trabalhadores, em que se debateram vários problemas ligados à organização da manifestação, tendo esta sido mais uma vez votada.

Entretanto surge um comunicado da célula do PCP da Lisnave em que se caluniam os trabalhadores, dizendo que a manifestação estava a ser organizada por um grupo minoritário de aventureiros e irresponsáveis. A reacção dos camaradas foi violenta em certos locais de trabalho, havendo mesmo que recebesse o comunicado e o rasgasse imediatamente na presença das pessoas que o distribuíam.

Fez-se uma Assembleia Geral em que este comunicado foi analisado e em que foi dito que o comunicado era de uma notável irresponsabilidade política, uma vez que o PC tem militantes dentro da Lisnave, que são delegados dos trabalhadores, que tiveram sempre a oportunidade de defenderem as posições ali expressas e que nunca o fizeram diante de todos os trabalhadores.

No dia 12 pelas 9h da manhã, veio junto da Comissão de Delegados dos Trabalhadores, uma delegação do MFA, composta por um Major e três capitães. Traziam com eles um comunicado da LCI outro do PCP, o plano da manifestação, mas não traziam o comunicado dos trabalhadores. Vinham à procura dos responsáveis e foi-lhes dito que tal coisa não existia pois todas as decisões tinham sido tomadas pelos trabalhadores. Portanto todos eram responsáveis.

Entrámos num autêntico debate político com eles e passámos a manhã a fazer a análise política da situação. Disse-se aí, que os trabalhadores não podiam defender um governo que até ao momento não tinha publicado uma única lei que defendesse os interesses dos trabalhadores e que estes queriam que o MFA defendesse na prática, e não por palavras aquilo que o próprio movimento afirmava no seu programa protegendo as classes trabalhadoras.

Esta manifestação era ilegal — e os trabalhadores sabiam-no bem — mas era a única maneira, naquele momento, de nós protestarmos contra o Governo que faz uma lei anti-greve do «lock-out» e que tem outros diplomas em estudo que só visam o controle e repressão da classe trabalhadora. E, por isso,



essencial que nos defendamos de um governo que nos ataca.

Apesar de se mostrarem de acordo com a nossa análise política, pretenderam influenciar-nos para que não entrássemos em conflito com o Governo e para que fizéssemos a manifestação no sábado. Respondemos que não temos nada a ver com um governo da burguesia, porque esta é e será sempre inimiga da classe operária.

De qualquer modo — tornámos a afirmar — os trabalhadores é que decidirão no plenário convocado para essa tarde às três horas.

Um pouco antes dessa hora, verificámos que a Lisnave estava cercada por três companhias de comandos, paráquedistas e fuzileiros especiais, seis «chaimites», polícia militar e vários carros patrulhada PSP.

Como estava previsto, realizou-se o plenário às 3 horas da tarde, com a presença do Major, que mais uma vez tentou dissuadir os trabalhadores de levarem avante a

manifestação, no que foi apupado. Passou-se à votação e, mais uma vez, a manifestação foi aprovada por maioria, havendo somente 25 votos contra. Estavam presentes cerca de 6000 trabalhadores.

As 5.20 da tarde, partimos em manifestação e a meio do estaleiro deparámos com a companhia de fuzileiros e três «chaimites» que nos barravam o caminho. Páramos aí e começamos a gritar: «Os soldados são filhos do povo», «Os soldados são ou serão operários». Nesse momento houve fuzileiros que começaram a chorar e o comandante, perante isto, mandou abrir a passagem.

Dai até ao Ministério do Trabalho e na volta, a manifestação correu da melhor maneira. Foi, sem dúvida uma grande vitória para os operários da Lisnave pela confiança que adquiriram na sua capacidade de organização. Demonstramos que éramos capazes de nos organizarmos eficazmente. Tivemos o cuidado de não permitir a participação de organizações políticas para que estas não tomassem o controle da manifestação, nem se servirem dela. Constatou-nos que o MRPP do Montijo reivindicou a manifestação como tendo sido impulsionada por ele. Isso é falso absolutamente falso.

«Revolução» — *Como é que tu*

era contra a greve e que por outro lado o Governo tinha feito uma lei que permitia aos patrões fechar as fábricas e portanto tirar o pão a quem trabalha e lançar na miséria os trabalhadores, como de facto está a acontecer. Por outro lado, as lutas têm-se radicalizado com as greves, despedimentos, fábricas encerradas, trafalhões que se encontram a todo o momento nas empresas, e em que o Governo não mexe uma palha, nem para resolver a situação económica das empresas, nem a situação dos trabalhadores. É o próprio Governo que se desmascara perante as classes trabalhadoras.

Na Lisnave está a verificar-se neste momento que a formação política dos operários, se faz durante a luta e através de uma análise da situação. Por exemplo, em relação ao PC, não se tem atacado directamente esta organização, mas ela desmascara-se durante a luta. A classe sabe muito bem distinguir quem é por ela e quem é contra ela, durante o processo de lutar.

O PC, no seu comunicado, insinuou que se estavam a constituir piquetes para obrigar os operários a ir à manifestação. Isto foi imediatamente desmentido e foi posta a circular a palavra de ordem: «os operários não reprimem os operários».

Será a partir de um trabalho político de esclarecimento das massas (sem criar o anti-comunismo) que durante as lutas os operários tomarão as posições justas. Temos que analisar a situação, o estado de evolução dos operários e fazer o trabalho político tendo isso em conta. Senão cai-se no esquerdismo. E o espontaneísmo também não interessa à classe trabalhadora.

«Revolução» — *De que forma estão organizados os trabalhadores da Lisnave?*

R. — Existem delegados dos trabalhadores eleitos na base de 50 operários/1 delegado e por local de trabalho.

Neste momento os únicos órgãos que existem são as Assembleias Gerais de Delegados e as Assembleias Gerais de Trabalhadores.

Começamos por fazer Assembleias de Delegados e reuniões de delegados por sectores, mas neste momento a forma mais mobilizadora e correcta é a Assembleia Geral de Trabalhadores.

«Revolução» — *Pórtanto esta Assembleia de Trabalhadores é o órgão soberano da decisão.*

R. — Não há dúvida nenhuma. Parece-me que é a melhor forma de actuação, em oposição aos sindicatos de cúpula em que as decisões vêm lá de cima, em que não há liberdade efectiva de organização. O que se tenta com isto é um verdadeiro controle dos trabalhadores e das suas lutas. As organizações devem impulsionar as lutas e não matá-las à nascença.

ESCREVE-NOS

**PARA O
APARTADO
N.º 4117**

LUTA DOS TRABALHADORES

DOS TRABALHADORES DA LISNAVE À POPULAÇÃO

uníssono, como uma só voz.

3 - Condução da manifestação

- Ficar à cargo dos delegados, e seus piquetes, a condução da manifestação. Os mesmos identificar-se-ão com bradeiras próprias amarelas.

- Os delegados elegerão entre si um grupo para superintender a manifestação.

- Todos teremos o compromisso de obedecer confiantemente às directrizes desse grupo eleito, que se identificará com bradeiras encarnadas, e dirigirá o emprego das palavras de ordem.

- Serão também eleitos delegados que, na altura própria, farão considerações alusivas ao acto político.

- Seguirão na cauda da manifestação carros de apoio, que prestarão o auxílio que for necessário, conduzidos por camaradas nossos.

- Será guardado silêncio à passagem por hospitais (Destiéro e Praça do Chile).

- Será guardado 1 minuto de silêncio, no C. do Sodré, em apoio à luta do povo chileno.

4 - Propaganda

- Competirá às secções a feitura de dísticos alusivos, mas com a ressalva de conterem somente as palavras de ordem aprovadas.

- Conforme proposta aprovada, que seja a comissão de saneamento a redigir um comunicado, a distribuir à população e aos órgãos da informação que o publicarem na íntegra. Devem participar os camaradas que o desejarem e deve ser aprovado ou não, à hora da reflexão, pelos trabalhadores. O comunicado terá de seguir as linhas gerais sobre: histórico do processo em curso, análise política, lei antigreve, despedimentos, solidariedade para com todos os trabalhadores em greve, e palavras de ordem da manifestação.

5 - Transportes

- Será criado um piquete que tratará de todos os transportes tanto fluviais, até ao C. do Sodré e volta, como de camionetas para que o pessoal do turno, do Barreiro, esteja no Estaleiro pelas 14.00 horas, como para o regresso, finda a manifestação.

6 - Piquetes de vigilância

- Devem ficar de vigilância, nas diversas secções, camaradas mais idosos ou deficientes fisicamente, responsáveis pelos bens do Estaleiro durante a ausência dos outros camaradas.

- Os «camaradas» que desejam sair durante o período compreendido entre a saída e a entrada da manifestação, devem apresentar motivos de justificação de força maior, ao piquete de vigilância que se encontra na portaria.

7 - Diversos

- Após os piquetes formados, estes devem fazer um plenário, 3.º ou 4.º feira, para estudar o percurso e o método de conduzir a manifestação.

- Caso possam participar outras fábricas, estabelecer os devidos contactos, para que não hajam perturbações de última hora. (Neste caso a Lisnave deve ir na frente, seguida das outras, devidamente identificadas e com absoluto respeito pelas nossas directrizes).

Margueira, 10 de Setembro de 1974

A COMISSÃO DE DELEGADOS



- Que a NOSSA LUTA PELO SANEAMENTO NÃO É UMA LUTA SECUNDÁRIA, é uma luta principal, porque a englobamos num combate permanente e sempre vivo contra todas as tentativas e manifestações do FASCISMO, que renasce constantemente da podridão do CAPITALISMO E MONOPOLISTA.

- Que, onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas a reacção recua. Onde há diminuição de vigilância por parte do povo, as forças contra-revolucionárias avançam tentando esmagar as liberdades já conquistadas.

- Que, estamos com todas as leis e medidas do Governo Provisório, que forem ao encontro do alargamento das liberdades dos trabalhadores e dos povos que o colonialismo português explora e oprime.

- Que, não estamos com o Governo, quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.

- Que, lutaremos activamente contra a "lei da greve" porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores.

- Que, repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do Lock-out, é uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas.

- PORQUE SABEMOS QUE, OS 120 MILHOES DE CONTOS, não são, como dizem os Melos, Champalimaud, e Quinas e Cia, para criar 120 mil empregos, mas para criar melhores condições de exploração e conquistar as leis anti-operárias que lhes permita legalizar essa exploração.

- Que, repudiamos todas as tentativas, venham elas donde vierem, para sabotar, dividir as massas trabalhadoras na luta contra o FASCISMO contra o CAPITALISMO.

- Que, estamos com as Forças Armadas, sempre que estas estejam com as classes oprimidas e exploradas contra as classes opressoras e exploradoras.

OPERÁRIOS DA LISNAVE SANEIAM FASCISTAS
MORTE A PIDE - MORTE AO FASCISMO - ABAIXO O CAPITALISMO
DIREITO A GREVE SIM! LOCK-OUT NÃO!
APOIAMOS OS CAMARADAS EM GREVE!
DEMOCRACIA AOS OPERÁRIOS - REPRESSÃO AOS REACIONÁRIOS
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

OS TRABALHADORES DA LISNAVE

A luta dos operários da Lisnave pelo saneamento dos fascistas da administração é um processo que já vem de trás.

Os métodos de repressão que sempre utilizaram para dividir e espalhar o terror no seio da classe operária, foram os mesmos utilizados pelo regime deposto. Assim como a elaboração de uma lista negra com 24 nomes de operários que em 1969 mais se destacaram na luta.

O ódio da classe operária contra o fascismo, forma de reprimir, dum modo mais agudo nos países capitalistas, a sua luta, deu origem no dia 12 de Maio antes de se apresentar o caderno reivindicativo, a um levantamento dos operários da Lisnave com o objectivo de sanear a administração. Ao travar esta luta política que é o saneamento toma consciência de que não estão só a lutar pelo derrube das estruturas fascistas dentro da Lisnave como contra toda a burguesia exploradora. A luta pelo saneamento teve desde início das reivindicações dos trabalhadores da Lisnave uma importância determinante.

- 9 de Maio levantamento das massas operárias para expulsar a comissão interna símbolo da administração do fascismo.

- Lutou pelo saneamento quando em assembleia geral apontou como representantes do fascismo, o administrador delegado eng.º Perestrelo e mais dois lacaios, Dr. Varela e Carvalho.

- Lutou pelo saneamento quando manietou os pides Alfredo Ferretti, Ferrão, Roque e Machado e obrigou Caxias a prender estes carrascos do povo.

- Lutou pelo saneamento quando através das assembleias gerais, repudiou todas as tentativas da administração e seus lacaios, para dividir a classe. Recordamos todos os comunicados da administração autênticos monumentos de provocação à inteligência dos operários, difarçados de "Justiça", "Compreensão", "Caos Económico", "Economia Nacional"...

- Lutou pelo saneamento quando à cerca de dois meses e meio elaborou um caderno de acusações fundamentando as manobras fascistas, e as ligações na prática com a Pide, dos Perestrelo, Varela, Carvalho e Lamas.

- Luta ainda pelo saneamento quando depois de esgotados todos os contactos com as entidades responsáveis sem qualquer resposta ou resultado positivo decidiu em assembleia geral realizar uma manifestação, para levar até ao fim a justa luta pelo saneamento.

- Luta hoje com todos os camaradas que se levantam num movimento cada vez mais poderoso para expulsar e esmagar todas as manifestações fascistas.

Assim os trabalhadores da Lisnave unindo-se à corajosa luta da TAP do "Jornal do Comércio", da Siderurgia, da Texmalhas, reforçando todas as lutas de Sul a Norte, vai saltar das paredes estreitas da fábrica para a rua PARA MANIFESTAR:

PLANO DE ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DA MANIFESTAÇÃO

Pessoal que almoça pelas 12.00 horas:

1. - Assim que terminem a sua refeição, devem todos os trabalhadores dirigir-se às suas secções ou serviços.

1.1. - No período compreendido entre as 13.00 horas e as 15.00 horas, cabe aos delegados, constituídos em piquete com os trabalhadores previamente designados, a importante missão de:

1.1.1. - Esclarecimentos e exortação (das 13.00 às 14.00 horas)

- Prestar todos os esclarecimentos pedidos pelos trabalhadores, em relação ao processo em curso.

- Exortar os trabalhadores sobre o alto significado político para a classe, da manifestação que irá desencadear-se.

- Distribuir tarjetas com as palavras de ordem aprovadas e a empregar durante a manifestação.

1.2. - Formação dos grupos e concentração global (das 14.00 às 14.30 horas)

- Organizar os trabalhadores em filas cerradas de 7 homens, tendo a preocupação de colocar os dois mais robustos fisicamente nos extremos. Esses homens, quando houver ordem para tal, terão por missão formar um cordão envolvente exterior, de protecção a manifestação. Esta formação, nas secções, englobará já o pessoal do turno.

2. - Hora H (14.30 horas)

- Os trabalhadores, já organizados, deslocar-se-ão das suas secções, invocando já as palavras de ordem aprovadas, até à frente do edifício principal, onde formarão o corpo da manifestação à medida que vão chegando.

2.1. - Ponto prévio (14.45 às 15.00 horas)

- Em frente do edifício principal já estará a secção designada para formar a cabeça da manifestação, que empunhará o cartaz maior.

- O piquete designado dará as últimas informações necessárias e confirmará o percurso a seguir.

3. - Início do movimento (15.00 horas)

- Logo que tudo esteja em ordem, dar-se-á então início à manifestação e ao cumprimento do percurso estabelecido.

- Assim, deslocar-se-á pela Avenida Alfredo da Silva até ao Largo de Cacilhas, onde entrará para os barcos designados, com a mesma ordem com que até ali foi conduzida.

3.1 - No Cais do Sodré a manifestação coloca-se no terreno com a mesma ordem com que partiu do Estaleiro.

- Ai será o local do encontro dos trabalhadores da Margueira com os do Rocha, estes entretanto serão conduzidos e

reforçados com um piquete especial de 15 homens, idos da Margueira para tal fim, desde a Rocha ao Cais do Sodré, percorrendo a Avenida 24 de Julho.

3.1.1. - O percurso de ida, conforme o estabelecido, será o seguinte:

Cais do Sodré - Praça do Comércio - Rua da Prata - Praça da Figueira - Martim Moniz - Rua da Palma - Avenida Almirante Reis (até à Alameda Afonso Henriques) - Avenida Guerra Junqueiro - Praça de Londres.

- O percurso de regresso será igual ao da ida.

PESSOAL QUE ALMOÇA PELAS 13.00 HORAS

4. - (Como em 1.)

4.1. - No período compreendido entre as 13.45 horas e as 15.00 horas, cabe aos delegados, constituídos em piquete com os trabalhadores... (como em 1.1.)

4.1.1. - Esclarecimentos e exortação (das 13.45 às 14.15 horas)

- Prestar todos os esclarecimentos pedidos... (como em 1.1.1.)

4.2. - Formação dos grupos e concentração global (das 14.15 às 14.30 horas)

- Organizar os trabalhadores em filas cerradas de 7 homens... (Como em 1.2.)

5. - Hora H (14.30 horas)

- (Seguir todos os pontos, comuns, daqui para a frente).

NORMAS IMPORTANTES

1 - Trajós

- Todo o pessoal oficial envergará fato macaco e capacete.

- O pessoal administrativo, caso não tenha fato macaco, irá com o seu traje habitual «civil» e capacete, sendo possível, as camaradas com a bata verde de serviço, caso estejam de acordo.

- As camaradas do refeitório envergaram as suas batas habituais, caso estejam de acordo.

2 - Palavras de ordem

- É expressamente proibido gritar palavras de ordem que não sejam as aprovadas.

- A ordem para a invocação das diversas palavras de ordem partirá sempre da cabeça da manifestação para trás, de modo a não haver divergências e todos as gritarmos em

ITÁLIA entrevista com LOTTA CONTINUA

R — Quando e como surgiu a vossa organização?

L. C. — A nossa organização nasceu em 1969, no decorrer da luta da Fiat. Nasceu, portanto, como a expressão da autonomia operária que surgiu nesta luta e que foi fundamental, pois era o começo em Itália de um processo novo na luta de classes. Para nós, 1969 foi um ano decisivo, pois representou um passo em frente na situação da classe em Itália. Porque nas grandes fábricas se impôs a autonomia da classe operária na sua luta, como uma nova força em relação ao revisionismo e em relação à capacidade dos operários para fazer, através da sua própria prática, uma crítica geral do sistema capitalista, da organização do trabalho, de todos os problemas que se colocam à organização no interior das fábricas. Penso que a coisa principal que se passou em Itália durante todos estes anos, depois de 1969, foi o reforço progressivo da capacidade da classe operária, com a sua autonomia, de ser um ponto de referência de um processo geral de unificação do proletariado. Dentro deste processo, que nasceu em 1969, mas que depois se desenvolveu e em 1973 teve uma extraordinária importância, porque envolveu todas as pequenas fábricas do Sul, pensamos que o processo de desenvolvimento de todas as forças revolucionárias, e nomeadamente de Lotta Continua, esteve bastante ligado com o desenrolar deste processo de reunificação do proletariado.

R — Faz uma breve caracterização da fase actual da luta de classes em Itália.

L. C. — Dentro deste processo, que se desenvolveu nos últimos anos, chegámos a uma situação em que a classe operária é a figura central da vida política e a prova disso é que todo e qualquer governo burguês tem que enfrentar e ter em conta a classe operária. Assim, assistimos nestes últimos anos em Itália a diversas manobras táticas da burguesia para atacar materialmente (ou utilizando abertamente a repressão quando se trata de um governo de direita) as conquistas feitas na luta pela classe operária. De maneira geral, assistimos neste momento a um confronto entre a classe operária — que se reforça nas suas estruturas de base, através do conselho de fábrica, no qual a posição dos delegados da esquerda revolucionária é muito forte — e a burguesia, que utiliza todos os in-

strumentos possíveis, como a chantagem, o fascismo, o terrorismo, para procurar isolar ou impedir este processo de unificação da classe operária. Este processo que atingiu um nível tal que põe em causa e cria dificuldades ao poder de controle da burguesia, no conjunto das suas estruturas, faz com que na situação actual se agudize o confronto.

Há também o problema da ligação da classe operária com os outros sectores em luta — o sector estudantil, o dos camponeses do Sul, os soldados e outros sectores do proletariado. A propósito disto, nós pensamos que a organização regional a nível de conselhos operários é uma tarefa muito importante, em que os revolucionários podem obrigar os sindicatos a construir esta estrutura. Aqui, é claro que os sindicatos não procuram fomentá-la, pois a hegemonia dos revolucionários impôs-se nalgumas situações reais (por exemplo, a experiência dos anarquistas nos conselhos de Zona); quer dizer, na ligação dos diferentes conselhos de fábrica com as expressões orgânicas dos outros sectores do proletariado, a esquerda revolucionária com as suas palavras de ordem e o seu programa, impôs uma linha.

R — Como é que vocês vêm a organização dos trabalhadores em Itália?

L. C. — Na história da luta de classes, nestes últimos anos em Itália, houve fases diferentes. Numa primeira fase, quando a classe operária começou a organizar-se autonomamente, apareceram formas espontâneas de organização a nível das massas, fora e contra os sindicatos. Toda esta estrutura foi a expressão máxima da autonomia, quer dizer, da capacidade dos operários para imporem a sua própria direcção às lutas, e isto, contra as centrais sindicais. Depois, assistimos a um processo levado a cabo pelos sindicatos, no sentido de entrar nas fábricas com estruturas intermédias entre esta autonomia da classe operária e a linha geral do sindicato, que é dominado pelo Partido Comunista. Assistimos, neste momento, nos conselhos de delegados, que são eleitos e revogáveis pelas bases, a duras batalhas entre uma linha revolucionária e as posições revisionistas. Pensamos, e isto é para nós muito importante, que os revolucionários organizados no seio

destes conselhos de fábrica podem desempenhar um papel muito importante. Podem vir a ser, como já aconteceu em muitas ocasiões nos últimos anos, maioritários em questões específicas respeitantes à luta na fábrica e também à luta geral. Houve casos de lutas a nível nacional contra o governo, como, por exemplo, as últimas lutas em que foi decretada a greve geral, apoiada pelos revolucionários e não pelos sindicatos, que foi imposta à direcção sindical.

R — Como é que vocês encaram a relação partido-massas?

L. C. — Não pensamos que seja possível construir um partido de massas. Creio que é bem claro que o partido que nós queremos construir — e a nossa prática actual demonstra-o bem — é um partido com uma linha de massas precisa, a fim de reunir todas as vanguardas, sobretudo as vanguardas operárias. Mas o que nós pensamos é que até a um período verdadeiramente pré-revolucionário, do ponto de vista organizativo, as massas não podem ser organizadas num partido. O papel que o partido deve desempenhar durante esta fase é o de servir de ponto de referência, ponto de unificação a um nível mais elevado e impôr saltos qualitativos na luta de massas. Sobre a questão de organização de massas, pensamos que na luta há várias ocasiões em que os quadros revolucionários têm a possibilidade de unir dentro de uma linha bem definida a maioria dos operários. Esta estrutura está bastante ligada à fase pontual do confronto geral. Não pensamos que possa existir a possibilidade de manter esta organização de massas numa fase em que não haja luta aberta. Portanto, a tarefa principal dos revolucionários deverá ser a de reunir as pessoas que depois da luta têm a capacidade de dar continuidade aos pontos fundamentais definidos drante a luta. E nesta perspectiva que nós pensamos que os operários revolucionários devem estar na luta política que se desenrola em Itália a nível de conselhos de fábrica.

R — Qual é, na vossa opinião, o papel do Partido e quem toma o poder?

L. C. — Para nós está bem definido que não são os partidos que tomam o poder. São as massas, com a sua organização própria, que, num período pré-revolucionário se transformam numa organização capaz de reunir a maioria da classe

operária, a maioria do proletariado, que na sua própria organização, nos conselhos de fábrica, em verdadeiros sovietes, que possam surgir a nível de fábrica, a nível regional, tomam o poder. Pensamos, igualmente, que sem a direcção do partido esta tomada do poder não se poderá realizar. Porque a questão mais difícil e delicada que se põe nesse momento é a da passagem das organizações de um nível sectorial da força proletária para o da mobilização geral das massas, o que apenas é possível com a centralização desta iniciativa pelo Partido revolucionário.

R — Qual a vossa previsão sobre o confronto de classes em Itália?

L. C. — Pensamos que nestes últimos tempos a burguesia está praticamente na última fase no que se refere aos instrumentos e à capacidade para reprimir a classe operária. Portanto, nesta situação, põe-se-nos de maneira cada vez mais urgente os problemas de unificação do proletariado a nível territorial e da construção do Partido. Neste caso, pensamos que a construção do Partido em Itália está extremamente ligada ao facto de existirem três grupos organizados a nível nacional, e de nós não sermos a única organização revolucionária, apesar de estarmos radicados em quase todas as fábricas e representarmos, pensamos representar, uma boa parte do proletariado. A existência de outras organizações da esquerda revolucionária é também um facto bastante importante — nós pensamos que o processo de construção do Partido passa, de qualquer modo, pela radicalização e pela capacidade organizativa da esquerda revolucionária, sobretudo a nível de delegados das fábricas, que são hoje em dia a base mais importante de todas as iniciativas que os revolucionários tomam. Neste momento, os próprios meios utilizados no confronto de classes colocam bastantes problemas novos, tanto em relação a nós como em relação a todos os revolucionários. Assim, face ao avanço do fascismo, ao terrorismo abertamente praticado pela burguesia, é perfeitamente claro que o processo organizativo a nível geral da classe, como a nível da vanguarda, deve acelerar-se nesta fase.

Paralelamente, pensamos que é interesse do proletariado garantir, a nível de governo, que lhe não impunham uma direcção de direita. Portanto, isto significa que para nós, neste momento em Itália, a força da autonomia operária é tal que pode impor uma solução que impeça a resolução de contradições inter-burguesas, contradições estas que tornam muito fraco o poder da burguesia em Itália. Neste sentido, pensamos que a fraqueza de todos os governos que ultimamente se sucederam é inteiramente devida à força da classe operária e que, na hipótese de garantir a instabilidade do poder da burguesia, se pode impor cada vez mais a presença revolucionária e também o reforço

generalizado da classe operária.

R — Qual é a vossa posição em relação ao internacionalismo?

L. C. — Pensamos que o problema do internacionalismo está intimamente ligado à fase da luta de classes no mundo. Estamos numa fase de grande instabilidade, em que a dominação imperialista surgida no pós-guerra atravessa um período de crise grave. Como a experiência do Chile demonstrou também, estamos numa situação em que nos países capitalistas avançados é possível chegar a uma fase pré-revolucionária. Na Europa, penso que a situação existente na Itália como também em Portugal é a demonstração clara de que o imperialismo não pode assegurar como anteriormente uma situação estável.

Neste momento, o internacionalismo é para nós a unificação de todas as experiências revolucionárias dos diferentes países. Este é para nós o ponto de partida de cada debate, de cada contacto, que nós queremos fazer com os diferentes grupos.

Para nós, a partir de agora, é muito importante tomar iniciativas de carácter geral. Penso que as iniciativas a nível europeu acerca do Chile são factos importantes nesta perspectiva. De qualquer modo, os níveis de ligação com base em iniciativas concretas e mesmo em debates políticos a nível geral, entre diferentes grupos que estão na luta de classes nos diferentes países, devem ser cada vez mais fortes.

R — Neste contexto, qual o vosso interesse por Portugal?

L. C. — Houve em Itália um interesse imediato pela experiência de Portugal. Penso que para os operários este interesse, tal como já fora em relação ao Chile, se deve ao facto de eles se darem conta rapidamente de que a possibilidade de irem mais longe na luta de classes em Itália, está intimamente ligada ao clima de instabilidade geral que deve ser imposto pela classe operária em todos os países da Europa. Portanto, penso que a importância desta experiência é devida à instabilidade actual do poder da burguesia em Portugal, o que está ligado não apenas a um espírito geral de internacionalismo, mas também a razões concretas que ligam a partir de agora os diferentes processos revolucionários nos diferentes países sobretudo na Europa.

No caso concreto de Portugal, já começámos a informar mais ou menos, sobretudo no nosso jornal quotidiano, mas também através de outros meios, sobre as particularidades muito importantes da experiência portuguesa e vamos em seguida procurar os meios de tornar possível a ligação e troca de experiências entre as situações italiana e portuguesa, onde a classe está mais próxima de impor uma situação pré-revolucionária.



ESPAÑHA UM PAÍS AO LADO

APONTAMENTOS SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO

-Depois da explosão ocorrida a 13 de Setembro, que destruiu o restaurante "Cafeteria Rolando", situado na Plaza de la Puerta del Sol, em frente da Direcção Geral de Segurança (matando 11 pessoas e ferindo 71, entre as quais 11 polícias), o Ministro da Informação e Turismo, Pio Cabanillas, declarou que a política do Governo não poderá de modo algum ser influenciada por actos de violência deste tipo.

Isto indica a pequena margem de manobra que a direita espanhola de hoje possui para reagir de maneira eficaz e contundente contra acções violentas tão como fazia, não há muito tempo. A resposta do governo espanhol ao atentado mais sangrento ocorrido depois da guerra civil reduz-se a dizer que a abertura continuará apesar de tudo. A "democracia" é tão necessária ao capitalismo que este não poupará sacrifícios para implantá-la em Espanha.

Os tempos mudam e quando a repressão fascista se torna ineficaz há que ensaiar um modelo de repressão democrática mais de acordo com as necessidades de crescimento económico em curso. O momento da transição é delicado e perigoso, já que nesse período de incerteza e instabilidade que supõe a mudança das formas ditatoriais e policiais para as liberdades democráticas. Os oprimidos podem julgar que é verdade que há liberdade e tentar fazer uso dela, o que subverteria a ordem estabelecida, que é precisamente o que se pretende conservar com a implantação das tais liberdades democráticas. As liberdades fizeram-se para ser proclamadas, não para ser utilizadas. E se se utilizam que seja dentro de uma ordem. A frase que se ouviu e leu até à saciedade nestes tempos de "abertura", em toda a parte, foi: mudança sim, mas dentro de uma ordem. E há que respeitar a ordem; o marco de que ninguém pode sair é, evidentemente, o imposto por aqueles que detêm o poder, os que controlam o aparelho de Estado, o exército, a polícia, os meios de informação, os exploradores de sempre, e que, como sempre, não se deixarão abater sem luta.

Mas a reacção espanhola sente-se indecisa e hesita sobre o rumor a seguir na democratização inevitável. As lutas proletárias que se estendem a todo o país ainda em tempos de ditadura fazem pensar o que isto seria num momento em que se afrouxasse um pouco a corda. Os exploradores temem que os trabalhadores espanhóis, pouco habituados a subtilezas políticas, não compreendam bem a mudança para a "liberdade" operada e continuam lutando contra a democracia capitalista com tanta força e maior eficácia, já que as possibilidades legais seriam maiores, como o faziam como o capitalismo fascista. Existe o perigo que as "mentes embrutecidas" dos trabalhadores não chegam a compreender que só deixando-se explorar "democrati-

camente", legitimam o poder democrático, fortalecem as liberdades recém adquiridas e tornem impossível o regresso ao fascismo-ultra dos bons velhos anos.

A burguesia é muito mais consciente do que a impotente esquerda tradicional espanhola (Partido Comunista Espanhol, Partido Socialista) das dificuldades que traz consigo esta delicada operação de transição democrática e não crê que os reformistas sejam capazes de controlar e conter a subversão revolucionária crescente.

Não será por falta das afirmações de respeitabilidade democrática-burguesa que o PCE tem feito nas suas declarações oficiais, no decorrer dos últimos anos, pode-se ler num documento do 8.º Congresso do Partido — só houve 8 em 50 anos — que o PCE defenderá o interesse nacional contra todos os que atentaram contra ele. O PCE preconiza alianças com qualquer burguês, militar ou eclesiástico, que o ajude a instaurar as liberdades democráticas (leia-se: que o ajude a legalizar o PCE e os sindicatos por ele controlados). Carrillo no seu relatório ao 8.º Congresso promete aos militares bom salário e armas modernas se apoiarem o "pacto para a liberdade" e diz a todos os burgueses que o partido seria muito melhor gestor dos interesses capitalistas do que o franquismo, já que uma abertura do tipo democrático — e a entrada PCE no Governo seria a garantia — permitiria "um acordo de associação com o mercado comum europeu, o que permitiria ir progredindo na cooperação com os países europeus à medida que as estruturas económicas do nosso país se transformem e alcancem a competência necessária". Nós os Comunistas — diz Carrillo — não podemos fazer objecção a adaptarmos-nos às regras das democracias burguesas parlamentares. Não seremos nós que amanhã em regime de democracia as violaremos. Pelo contrário, defendê-la-emos com todas as nossas forças no caso da reacção tentar abolí-las.

A esquerda revolucionária espanhola sabe muito bem, sabe-o no seu sangue e sabe-o nos seus mortos, quem é que o PCE considera "reacção". Neste aspecto a experiência actual dos comunistas portugueses no poder, não deixa de ser esclarecedora; senão, perguntem-no aos trabalhadores dos C. T. T, da TAP, da Lisnave, etc., etc.

Promessas deste género: compromisso com a burguesia e traição à classe operária são sempre mantidas pelos reformistas quando se lhe concede a honra de participar num Governo de colaboração de classes.

No entanto "ao movimento operário interessa-lha a burocracia do PCE como meio de pressão nestes momentos para ser admitido no "status quo". Carrillo

que necessita de impulsionar certas lutas para ganhar pontos que lhe permitam fazer as suas manobras de gabinete. A burocracia do PCE tem que apresentar uma dupla imagem: por um lado promover campanhas nacionais mais ou menos espectaculares (especialmente de propaganda) para fazer-se ouvir e por outro lado que é capaz de controlar o movimento" (do Acción Comunista n.º 15).

No entanto a situação parece bastante incontrolável e através das suas organizações autónomas espontâneas e provisórias de início, depois mais organizadas e com uma certa continuidade a classe, vai criando as condições para uma luta mais radical e eficaz. Isto não quer dizer que a maioria dos trabalhadores tenham hoje, em Es-

correcta é levar a cabo uma luta coerente até às últimas consequências. Profetizar a auto-destruição do capitalismo tem muito de voluntarismo idealista e triunfalismo cego e muito pouco de propostas teóricas estratégicas e táticas correctas. O movimento operário nestes últimos anos de lutas heróicas demonstrou a sua irredutibilidade e desmascarou o reformismo que tentava integrá-lo na conciliação nacional para a concessão das liberdades democráticas. Mas o proletariado espanhol não conseguiu coordenar-se a nível estatal (de toda a Espanha) para poder dar sentido e eficácia à sua luta. Não é de estranhar se tivermos em conta a experiência da derrota completa sofrida na guerra civil e a repressão sistematicamente praticada desde

der ter uma continuidade é preciso construir organizações clandestinas nas empresas e nas fábricas que lutem permanente e politicamente (e porque não, também militarmente, se fosse preciso e se pudessem?) contra os instrumentos de dominação capitalista e para melhorar a condição dos trabalhadores. Mas estas organizações permanentes e clandestinas nunca podem substituir o controle dos trabalhadores sob pena de elas se substituírem à classe operária."

O propor-se a destruição dos instrumentos de dominação capitalista atraz e obscurantiza as rigorosas, propor-se de forma teórica e estratégica pelo menos o problema da luta armada, não servindo de desculpa a deformação militarista e pequeno-burguesa aventureira que ela teve nos últimos tempos em Espanha. E daí que vem que a luta armada não tenha sido vitoriosa e tenha servido em muitos casos de motivo de repressão, em vez de estímulo e radicalização para as massas trabalhadoras. Se a deformação militarista atraz e obscurantiza as lutas revolucionárias, não o fazem em menor grau as deformações activistas e obreiristas.

A todo o momento devemos analisar com princípios claros e concretamente as situações concretas. O que não é fácil e há que fazê-lo à medida que se combate. A dificuldade e complexidade da tarefa não deve impedir — por exemplo nas circunstâncias actuais — que se aproveitem as divisões existentes no seio da classe burguesa, que se aproveitem para ampliar, radicalizar e coordenar a luta, em vez de procurar alianças oportunistas que só podem ter como prémio uns lugares nas poltronas dos ministérios.



Desenho de "EL PERICH", com a respectiva vénia e as saudações da praxe

panha, consciência de classe e estejam dispostos a enfrentar global e vitoriosamente o sistema capitalista e aniquilá-lo a curto prazo. A única atitude revolucionária

então até aos nossos dias: o movimento operário — todos o sabemos e de sobra, expressa-o de forma muito clara. Acción Comunista — "para po-

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
 MORADA
 LOCALIDADE
 PROFISSÃO
 ASSINATURA: Semestral — 60900
 Anual — 120900
 PAGAMENTO: Em cheque
 Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4

Revolução

Fazer assinatura do jornal "Revolução" é uma forma de o apoiar. Apoiar o "Revolução" é apoiar a Imprensa Popular, é lutar contra a informação capitalista, é lutar pelo fortalecimento material e moral de uma imprensa ao serviço das classes trabalhadoras em luta contra todas as formas de exploração.

ESTRANGEIRO:
 Europa: Semest. - 130900
 Anual - 260900
 Fora da Eur.: Semest. - 160900
 Anual - 320900
 De apoio

JORNAL DO COMÉRCIO

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ A OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES



Soldados vigiando os trabalhadores do Jornal do Comércio

trabalhadores depois do 25 de Abril) é - correctamente interpretada e desmascarada por estes. Vejamos:

«Mas há mais: no que respeita concretamente à greve dos trabalhadores do «Jornal do Comércio», o P. C. P. considera que ela «é inadequada da perspectiva dos interesses dos trabalhadores», o que é uma forma camuflada de afirmar que ela é uma porcaria. E isto porque, segundo o P. C. P.? Porque, diz: em primeiro lugar os capitalistas do «Jornal do Comércio» estão-se nas tintas para a greve dos trabalhadores porque a empresa não dá lucros mas prejuízos. (Aqui, e ao contrário do que está lá em cima, o P. C. P. obriga-nos a pensar que os capitalistas têm os jornais para dar lucros). Em segundo lugar, afirma o P. C. P. que a greve é uma arma superior de luta, que os trabalhadores devem ver as relações de força, que tal e tal, para concluir: só se deve ir para a greve quando se vai para ganhar. Ora, ao estabelecer esta confusão toda, o P. C. P. passa por cima dum facto muito simples: o que faz com que os trabalhadores saiam ou não vitoriosos numa greve — são os próprios trabalhadores! Se, evidentemente, com quem eles contam é com o P. C. P., arriscando-se a perder: Se, evidentemente, eles contam com a adesão de todos ou de uma quantidade suficiente de OUTROS TRABALHADORES, ainda que só

do mesmo ramo ou do mesmo grupo, ganham.

Claro que ao P. C. P. não interessa ver isto, porque o que ao P. C. P. interessa de facto é **C O N T R O L A R O S TRABALHADORES E NÃO DAR — LHES INICIATIVA.** O que ao P. C. P. interessa, como A TODOS OS OUTROS PARTIDOS HIERARQUIZADOS E DE CÚPULAS, É LEGALMENTE CONSTITUIR — SE EM EMPRESA QUE NO MOMENTO OPORTUNO DISTRIBUIRÁ OS LUGARES DO PODER AOS SEUS COMITES E CHEFES DE SERVIÇO, passando para os militantes a execução de uma nova moral dominante onde o **TRABALHO DE UNS E OS PRIVILEGIOS DE OUTROS** serão palavra de ordem. Sessenta anos de história estão escritos para esta tese, esses que vêm da Revolução Russa aos nossos dias. E não é aqui propriamente o lugar para falar dela. Que, a este respeito, se sublinhe apenas o seguinte: o movimento dos trabalhadores do «Jornal do Comércio» é um movimento autónomo. Como tal começou, como tal terminará. **NÃO PRECISAMOS DE PARTIDOS PARA A DESENCADear, quaisquer que fossem, NÃO PRECISAREMOS PARA AVANÇAR NELA.** O que não quer dizer, evidentemente, que não registemos com o maior agrado aqueles que nos apoiem. **MAS SEM HIPOTECAS!»**

A LUTA DOS TRABALHADORES DO RÁDIO RENASCENÇA

O Conselho de Gerência desta estação emissora, a Emissora Católica Portuguesa rescindiu o contrato com 8 estagiários sendo seis dos serviços de informação e os dois restantes dos emissores. Esta medida arbitrária da entidade patronal para a qual não foram consultados os trabalhadores, teve como resposta imediata por parte destes a sua rejeição unânime em Assembleia Geral, que formulou por sua vez uma contra-proposta a qual foi recusada na sua totalidade e sem discussão pelos representantes patronais. Estes, que representam a Igreja Católica proprietária desta Emissora, emitem um comunicado reafirmando aos trabalhadores a sua posição irredutível e mais uma vez de forma prepotente, recusando qualquer forma de diálogo e fazendo considerações caluniosas sobre o trabalho dos profissionais da RR., insinuando desvios de orientação da doutrina da Igreja por parte destes.

No passado dia 14 os trabalhadores em Assembleia repudiam o conteúdo deste documento, reafirmam a sua posição inabalável de solidariedade relativamente aos trabalhadores injustamente despedidos decidindo tornar públicas as suas deliberações pela elaboração de documentos a levar ao conhecimento de várias entidades civis e religiosas. Entretanto durante o tempo das emissões os trabalhadores têm vindo a informar regularmente a opinião pública, recebendo a colaboração da Emissora Nacional, Rádio Clube Português, RTP, etc., nesta informação, demonstrando deste modo a vigilância dos trabalhadores perante este conflito exclusivamente desencadeado pela entidade patronal.

Algumas considerações sobre esta luta impõem-se nos pela necessidade de denúncia desta situação que, aliás, não é nova nesta emissora, cuja entidade proprietária, a Igreja Católica por intermédio dos seus representantes foi antes do 25 de Abril, um colaborador activo da censura fascista, impedindo frequentemente o trabalho corajoso de alguns dos seus profissionais que conseguiram romper a barreira de alienação e desinformação que a rádio sempre foi para o povo, suspendendo programas e até afastando os responsáveis destas atitudes "subversivas" para a ordem fascista.

Não nos admira portanto a posição assumida agora pelos representantes dessa Igreja que, no passado esteve sempre ao serviço das classes dominantes impedindo por todos os meios a denúncia de uma situação de uma situação política em que os seus dirigentes foram importantes sustentáculos.

A luta que os trabalhadores da Rádio Renascença travam neste momento insere-se na luta mais geral de todos os trabalhadores da informação contra as forças reacçãoárias que pretendem manter formas de controle sobre esses meios tentando impedir deste modo a possibilidade deles servirem o avanço da luta dos trabalhadores contra todas as formas de exploração. Assim, apoiamos estes trabalhadores na sua rigorosa vigilância e na sua inabalável decisão de reintegrar os camaradas despedidos, apelando também para todos os trabalhadores a uma solidariedade activa a esta luta.

Os trabalhadores da Rádio Renascença vencerão!

Revolução

EDITORIAL

Durante a última semana defrontaram-se dois exércitos na região de Lisboa. O exército propriamente dito, regular, e o exército da Lisnave. Sete mil dos oito mil trabalhadores avançam sobre a cidade de Lisboa, fardados de fato de ganga e capacete. O outro exército recuou. E os trabalhadores fardados para a guerra, eles também camponeses e operários (quem sabe se da Lisnave) antes e depois da tropa, não tiveram assim que defrontar os seus companheiros. Vitória política para os homens da Lisnave.

É mais uma empresa onde as vozes reformistas nada puderam contra a maré. Isto já se passa em muitos sítios — lembremo-nos da TAP, dos CTT, dos jornais — para que se não tirem conclusões.

O fenómeno de massas anti-reformista, que aqui se passa (e do qual as organizações de esquerda tiram poucas conclusões), não é porque os trabalhadores portugueses sejam geniais comparados com os de outros países, mas porque as condições económico-sociais destes países propiciam a desmistificação e tornam tudo mais claro.

Aqui, os reformistas no Governo e por outro lado a situação económica não permite que sejam satisfeitas reivindicações mínimas. Aqui, o reformismo não pode desempenhar o seu papel — lutar por reformas, pôr-se ao lado da luta pelas reivindicações imediatas — como fez noutros países, e que pode ser altamente mistificador. Aqui a coligação com outras classes e o compromisso do poder torna-se claro. Sacrifica tudo.

Não podem as organizações revolucionárias desculpar-se com o reformismo e inventar-lhe mais apoio do que aquele que tem. Tem que no concreto, nas lutas dos sectores mais importantes, discutir onde esta ou não está esse apoio. Agigantar o papel do reformismo é uma forma de alterar a tática e a estratégia, é, muitas vezes demitirem-se no imediato ou entrarem em alianças oportunistas. Vale a pena ser revolucionário sozinho, quanto mais se se tem ao lado 7000 trabalhadores da LISNAVE, 4000 da TAP, 20 000 dos CTT...

Mas também não podem os revolucionários ficar na contemplação das lutas dos trabalhadores. As lutas por si só, a organização das fábricas, são a única possibilidade da revolução socialista, da tomada do poder. E são o embrião da ditadura do proletariado. Mas não chegam.

O exército da Lisnave venceu o outro exército, mas venceu politicamente e foi apenas uma batalha. A guerra a travar contra a burguesia necessita de outros meios e de outro nível de organização.

A organização dos trabalhadores independente dos partidos necessita de se desenvolver e de se coordenar. Mas há também necessidade absoluta de partidos revolucionários, capazes de fazer uma análise da situação no seu conjunto, de propor soluções, de ser um núcleo de resistência e de combate, em todos os momentos, mesmo nos de recuo, capazes de fazer a ligação entre a teoria e a prática.

NATURANA

Operária — Fomos ao M. T. Dissemos que venderíamos o produto do nosso trabalho.

Eles proibiram-nos tudo. Disseram-nos que tínhamos cá muito valor na fábrica, mas que não era nosso, era dos patrões alemães.

Mandaram-nos desocupar a fábrica, explicaram-nos que a ocupação segundo a lei que tinha saído agora era ilegal. Os patrões diziam que agora já não tinham lucros suficientes em Portugal e portanto... iam-se embora. Ao fim de um mês de nós andarmos no M. T. é que nos disseram que tinham lá uma carta do patrão datada de 12 de Junho a dizer que iam fechar.

Outra operária — Eu disse que nós temos que vender os soutiens; o meu marido está na tropa, tenho uma filha, não tenho dinheiro para pagar a renda da casa.

Então o Sr. Secretário de Estado Carlos Carvalhas disse-me: O que a senhora é, é uma revolucionária.

MAS DIGO — LHE QUE CAXIAS TEM UMA LINDA VISTA PARA O MAR...

Outra operária — A gente tem calma... mas chega a um certo ponto e exalta-se.

Num dia disseram-nos que o M. T. nos pagaria um mês a cem por cento, e que depois seríamos pagas pelo fundo do desenvolvimento de mão-de-obra, e passados uns dias deram o dito por não dito. Negaram-nos isso dizendo que tínhamos percebido mal.

Outra operária — Antes do 25 de Abril, a vida estava muito ruim, ganhávamos 55\$00 por dia, mas comíamos um bocadinho... agora as rendas de casa estão mais altas, a vida está mais cara, somos despedidas, tiram-nos tudo... não podemos comer nada. **AINDA POR CIMA É PERMITIDO AOS PATRÕES FECHAREM AS FABRICAS...**

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 60\$00
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4

PRISÕES NA CATALUNHA

A polícia espanhola invadiu uma reunião num Convento de Monges Escolápidas na cidade industrial de Sabadell, onde decorria a assembleia da Catalunha.

Com grande aparato militar, sobrevoando o convento um helicóptero, a polícia prendeu 66 pessoas que aí se encontravam. Estas pessoas ou aquelas que ficaram presas, serão julgadas em Tribunal Militar. Entre elas encontra-se o escritor Felix Cucurull, com várias obras traduzidas em português.